

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática** e/ou **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CB1A1

O debate sobre o futuro da Amazônia depende essencialmente de como se define desenvolvimento. Diversas iniciativas governamentais — e privadas, muitas vezes ilegais — desde os anos 1970 estão centradas na ideia de ocupação do território para atividades agropecuárias e de mineração, além do uso dos rios para geração de energia elétrica, mesmo que isso implique a derrubada descontrolada da floresta. Na região Norte, o desmatamento contínuo, que já consumiu 20% da área original da floresta no Brasil, afeta negativamente o clima regional, com impacto no continente e no restante do planeta.

A floresta amazônica exerce um papel fundamental na chamada química atmosférica: é uma gigantesca fonte de vapor d’água, que leva chuva da região Norte até a bacia do rio da Prata, favorecendo, por exemplo, a atividade agropecuária da região Centro-Oeste. Um estudo mostra que o desmatamento total ou parcial das três grandes florestas tropicais do mundo — a da bacia do Congo e a do Sudeste Asiático, além da amazônica, a maior delas — causaria um aumento da temperatura do planeta de 0,7 °C, o que equivale a boa parte do aquecimento gerado pela ação humana desde a Revolução Industrial.

O ecossistema rico e delicado da Amazônia demanda um modelo de desenvolvimento próprio que privilegie as particularidades da floresta, aproveitando sua imensa biodiversidade e respeitando a população local — indígenas, ribeirinhos e moradores das cidades. A discussão deve contemplar questões como o manejo sustentável de recursos como pesca, madeira e frutos, a oferta de infraestrutura para seus habitantes (na região que concentra 20% de água doce de toda a Terra, 30% da população não tem acesso à água potável e 87% vive sem coleta de esgoto), o combate ao desmatamento ilegal, a grilagem de terras públicas, entre outros pontos. A ciência tem a contribuir no estudo da biodiversidade; na domesticação de espécies nativas com relevância comercial; e na recuperação de pastagens abandonadas para uso em uma agricultura mais tecnológica e uma pecuária mais intensiva, ou realizada em floresta.

Alexandra O. de Almeida. *Revista Pesquisa FAPESP*, edição 285, nov./2019 (com adaptações).

De acordo com as ideias veiculadas no texto CB1A1, julgue os itens a seguir.

- 1 Conclui-se da leitura do primeiro parágrafo do texto que o modelo de desenvolvimento até hoje empreendido na Amazônia é deletério ao futuro da floresta.
- 2 Depreende-se da leitura do segundo parágrafo do texto que o desmatamento da floresta amazônica pode alterar um processo natural que é importante para a agropecuária brasileira.

- 3 Conclui-se das informações do texto que, devido à disponibilidade hídrica da região amazônica, seus habitantes são plenamente atendidos em serviços de infraestrutura de acesso a água potável e a rede de esgoto.
- 4 No último período do texto, a autora hierarquiza, por ordem de importância, as contribuições da ciência para os ecossistemas amazônicos.
- 5 De acordo com o texto, o índice de desmatamento das grandes florestas tropicais do mundo é inversamente proporcional à intensificação do aquecimento global.
- 6 Infere-se da leitura do texto que o desenvolvimento adequado para a região amazônica deve ser análogo ao preconizado durante o período da Revolução Industrial.
- 7 De acordo com as ideias do texto, a formulação de um novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia pode ser beneficiada pelas contribuições da ciência.

Em relação ao texto CB1A1 e a seus aspectos linguísticos, julgue os itens seguintes.

- 8 Sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos do texto, a expressão “por exemplo” poderia ser deslocada para o final do primeiro período do segundo parágrafo, da seguinte forma: ... **favorecendo a atividade agropecuária da região Centro-Oeste, por exemplo.**
- 9 O vocábulo “contemplar” (segundo período do terceiro parágrafo) poderia ser substituído, sem alteração do sentido original do texto, por **observar**.
- 10 Predominam no texto características da tipologia descritiva.
- 11 No primeiro período do terceiro parágrafo, a forma verbal “demanda” poderia ser flexionada no plural — **demandam** — sem prejuízo da correção gramatical, dado o emprego da expressão anterior “rico e delicado”.
- 12 A inserção do sinal indicativo de crase no vocábulo “a” em “implique a derrubada” (segundo período do primeiro parágrafo) prejudicaria a correção gramatical do trecho em questão.
- 13 No primeiro período do terceiro parágrafo, o termo “ecossistema” corresponde ao núcleo do sujeito da oração “que privilegie as particularidades da floresta”.
- 14 No segundo período do primeiro parágrafo, o termo “ilegais” refere-se, por coesão, a “Diversas iniciativas governamentais”.
- 15 Na expressão “além da amazônica” (último período do segundo parágrafo), está implícito o termo **floresta** imediatamente antes de “amazônica”.

Considerando os parâmetros estabelecidos no **Manual de Redação da Presidência da República** para a produção de documentos oficiais, julgue os próximos itens.

- 16 Atualmente, utiliza-se a terminologia padrão ofício para nomear os três tipos de expedientes que antes se diferenciavam mais pela finalidade que pela forma: o ofício, o aviso e o memorando.
- 17 A finalidade da comunicação oficial impõe que se faça uso da língua de modo convergente com textos literários ou jornalísticos.
- 18 São atributos da redação oficial a precisão e o uso da modalidade padrão da língua portuguesa.
- 19 O vocativo que deve ser utilizado em comunicação dirigida a ministro de Estado é Vossa Excelência.
- 20 Em atendimento ao atributo da impessoalidade, essencial à correspondência oficial, devem-se evitar comentários e caracterizações supérfluos, o emprego de advérbios inúteis e a subordinação excessiva.

Determinado órgão do Poder Judiciário, no desempenho de sua função administrativa, pretende realizar a compra de produto orçado no valor total de R\$ 45.000.

Considerando a situação hipotética apresentada e o disposto na Lei n.º 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

- 21 A contratação pretendida deverá ser paga preferencialmente por meio de cartão de pagamento.
- 22 As normas gerais de licitações e contratos administrativos são plenamente aplicáveis ao caso em apreço.
- 23 A contratação pretendida constitui hipótese de contratação direta por inexigibilidade de licitação.

Lucas, com sessenta e dois anos de idade, formalizou requerimento administrativo perante autoridade vinculada a uma autarquia federal. Dez dias após concluída a instrução do processo administrativo, como ainda não havia sido proferida a decisão do requerimento, Lucas interpôs recurso administrativo dirigido ao superior da autoridade a quem encaminhou o pedido e impetrhou mandado de segurança sob a alegação de ilegalidade administrativa por omissão, já que não fora proferida decisão administrativa no prazo legal, especialmente por ser uma pessoa idosa.

Com base na situação hipotética precedente e na lei que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública, julgue os itens seguintes.

- 24 A impetração de mandado de segurança configura controle administrativo.
- 25 Por ser pessoa jurídica de direito público e integrar a administração pública indireta, a referida autarquia federal sujeita-se às disposições legais que regulam o processo administrativo no âmbito da administração pública.
- 26 A alegação de ilegalidade administrativa por omissão não é procedente, porquanto, após concluída a instrução de processo administrativo, por regra geral, a administração pública tem o prazo de até trinta dias para se pronunciar.
- 27 A lei prevê expressamente prioridade na tramitação dos procedimentos administrativos quando figurar como parte pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos, a exemplo de Lucas.
- 28 A interposição do recurso foi realizada conforme previsão legal, segundo a qual o recurso administrativo deverá ser dirigido à autoridade superior da que tenha praticado ou deveria ter praticado o ato.

A respeito da edição de textos e apresentações nos ambientes Microsoft Office 365, julgue os itens a seguir.

- 29 No PowerPoint 365, para remover a transição de um *slide* específico, o usuário deve selecionar o *slide* desejado, acessar a guia Transições e escolher a opção Nenhuma.
- 30 No Microsoft Word, caso um usuário queira citar uma fonte já adicionada, ele deverá posicionar o cursor no final do texto desejado, acessar a guia de menu Design, clicar sobre Inserir citação e selecionar a fonte.

No que se refere a redes de computadores e ao uso transparente e imparcial de inteligência artificial (IA) no serviço público, julgue os itens subsequentes.

- 31 Um dos objetivos da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial é contribuir para a elaboração de princípios éticos para o desenvolvimento e o uso responsáveis de IA.
- 32 A computação em nuvem é a entrega de recursos de computação — como servidores, armazenamento, bancos de dados, redes, *software*, análise e inteligência — pela Internet.
- 33 O Microsoft Edge permite que se ajuste o nível de prevenção de rastreamento para equilibrar privacidade e personalização, sendo o nível básico recomendado para a maioria dos usuários.

Julgue os itens a seguir, com base nas disposições do Código de Ética Profissional do Serviço Público (Decreto n.º 1.171/1994).

- 34 A criação de comissão de ética é obrigatória para todos os órgãos e entidades da administração pública federal direta, indireta autárquica e fundacional, incluindo-se os que exerçam atribuições delegadas pelo poder público.
- 35 As ausências injustificadas do servidor de seu local de trabalho, até o limite de três vezes ao ano, não constituem fator de desmoralização do serviço público.

Julgue os itens seguintes, com base na Lei n.º 8.429/1992, que trata de improbidade administrativa, e na Lei n.º 12.846/2013, conhecida como Lei Anticorrupção.

- 36 Conforme previsto na Lei Anticorrupção, a celebração de acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática de atos lesivos contra a administração pública não tem o condão de eliminar totalmente a multa a elas imposta.
- 37 Havendo indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos deve representar diretamente ao Poder Judiciário.
- 38 A configuração de ato de improbidade administrativa que atente contra os princípios da administração pública exige a caracterização de lesividade relevante que ocasiona dano ao erário.

No que se refere ao ICMBio, às parcerias reguladas pela Lei n.º 13.019/2014, ao acesso a informações e ao tratamento de dados pessoais, julgue os itens seguintes.

- 39** No âmbito do ICMBio, o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, no qual deverão ser demonstrados expressamente os eventos causadores do desequilíbrio e quantificados os valores reivindicados, será analisado conjuntamente pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento Contratual e pela equipe de apoio técnico especializado da Divisão de Apoio à Fiscalização das Delegações, que poderão solicitar análise jurídica da Procuradoria Federal Especializada, em caso de dúvida.
- 40** Entre as finalidades do ICMBio, entidade integrante da administração pública federal indireta e dotada de autonomia administrativa e financeira, está o exercício do poder de polícia ambiental, excluído o exercício supletivo do poder de polícia ambiental, a cargo do IBAMA.
- 41** O serviço de informação ao cidadão (SIC) deve ser instalado em unidade física identificada, de fácil acesso e aberta ao público, necessariamente no órgão ou na entidade central que o criou, sendo inadmitida sua instalação em eventual unidade descentralizada.
- 42** Informações sobre condutas violadoras dos direitos humanos praticadas por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas poderão ser objeto de restrição de acesso, com vistas à proteção do direito fundamental à intimidade da vítima.
- 43** Não se aplica a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) ao tratamento de dados pessoais para fins exclusivamente jornalísticos e artísticos.
- 44** Compete à Divisão de Apoio à Fiscalização das Delegações aprovar o relatório anual de concessões e o plano anual consolidado de fiscalização das concessões do ICMBio.
- 45** É dispensado o chamamento público para a celebração de parcerias da administração pública com as associações representativas das populações tradicionais beneficiárias de unidades de conservação para a exploração de atividades relacionadas ao uso público.

Julgue os itens subsequentes, relativos à Política Nacional do Meio Ambiente, à Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação e ao manejo de unidades de conservação.

- 46** A queima controlada consiste no uso planejado, monitorado e controlado do fogo realizado para fins, por exemplo, de conservação ou manejo em áreas determinadas e sob condições específicas, com objetivos predefinidos em plano de manejo integrado do fogo.
- 47** É permitida a introdução de espécies autóctones nas áreas de proteção ambiental, nas florestas nacionais, nas reservas extrativistas e nas reservas de desenvolvimento sustentável.
- 48** São instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente: zoneamento ambiental, controle da poluição, concessão florestal, servidão ambiental e seguro ambiental.
- 49** Os planos de manejo das unidades de conservação dos tipos reserva extrativista, refúgio de vida silvestre e reserva de desenvolvimento sustentável deverão ser submetidos à aprovação do ICMBio, que o fará por meio de portaria.

Com base na Lei n.º 8.987/1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, julgue o item a seguir.

- 50** Os contratos de concessão admitem subconcessão, desde que prevista no contrato e expressamente autorizada pelo poder concedente, sendo a outorga de subconcessão sempre precedida de concorrência.

Espaço livre